

Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

## COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE:ESTADO:
FONE:()e-mail
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE "KIT LANCHES" PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO
MUNICIPIO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS).
Obtivemos, através do acesso <u>www.itapetininga.sp.gov.br</u> nesta data, cópia do instrumento
convocatório da licitação acima identificada.
Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria
preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax (15)
3376-9640 ou do e-mail <u>licitacao@itapetininga.sp.gov.br</u> .
A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itapetininga da responsabilidade da
comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas
no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo
posteriormente qualquer reclamação.
<u>Local</u> :, de de 2014.
Nome por Extenso:
RG. n.º:
ASSINATURA



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 48/2014

PROCESSO N.º 75/2014

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: dia 20.05.2014 ÁS 14H00MIN

**LOCAL: SALA DA CPL - I** 

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE "KIT LANCHES" PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO

MUNICIPIO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS).

#### **PREÂMBULO**

O Exmo. Sr. Luis Antonio Di Fiori Fiores Costa, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE "KIT LANCHES" PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme especificação do Anexo I, Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013 e Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende a requisição de compra de n.º: 2125 da Secretaria de Educação, Protocolo n.º: 6536/1/2014

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no mesmo endereço abaixo, estando o edital e anexos também disponíveis no site da Prefeitura Municipal (<a href="www.itapetininga.sp.gov.br">www.itapetininga.sp.gov.br</a>).

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **20 de maio de 2014 às 14:00 horas**, na sala da **Comissão Permanente de Licitações - CPL - I**, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

A programação poderá sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. Caso isso ocorra, o pregoeiro informará previamente a mudança de data e horário para ciência de todos os participantes.

#### I - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE "KIT LANCHES" PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS), conforme especificações constantes do Anexo I.

#### II - DA JUSTIFICATIVA



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

2.1 – A aquisição se faz necessária para a refeição dos alunos em passeios externos (Viagens e demais).

## III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Pessoas Jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Instrumento Convocatório e seus anexos;
- 3.2 Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;
- 3.3 Em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, aquelas que apresentem as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, sendo representadas por procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos;
- 3.4 Não poderão participar desta licitação:
- 3.4.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
  - 3.4.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
  - 3.4.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
  - 3.4.4 Consórcios ou grupo de empresas.

#### **IV - DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (Anexo VI).
- 4.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

## V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** do Envelope n.º 01 (Proposta), junto ao credenciamento.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.2 A declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** do envelope nº. 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 5.2.1 Caso não utilizada a faculdade prevista no item 5.2, será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.
- 5.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01	ENVELOPE №. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL №. 48
PREGÃO PRESENCIAL №. 48	PROCESSO №. 075
PROCESSO №. 075	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"
"PROPOSTA COMERCIAL"	

## VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

- 6.l As licitantes vencedoras provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão apresentar amostras de cada produto (Anexo I Especificações Técnicas), devidamente etiquetadas com o número do item a que se refere, bem como a razão social do licitante.
- 6.2 As amostras deverão estar acompanhadas de declaração da proponente de que possui disponibilidade do produto ofertado.
- **6.3** Somente serão analisadas as amostras, para fins de verificação de conformidade com as especificações mínimas exigidas no Anexo I deste Edital. As amostras **da licitante vencedora provisoriamente classificada em primeiro lugar** serão submetidas a análise detalhada, ocasião em que será emitido o parecer de aprovação ou reprovação das amostras para cada item ofertado. Caso necessário, a sessão poderá ser suspensa para que seja feita a análise das amostras dos produtos exigidos em conformidade com o descritivo.
- **6.4** Havendo divergência entre a amostra apresentada e as exigências mínimas contidas no ANEXO I, a licitante terá suas amostras desclassificadas para aquele item, classificando-se o segundo colocado e assim sucessivamente, até que seja declarado um vencedor para o item.
- **6.5** Havendo necessidade de avaliação mais detalhada do produto entregue, eventual custo com testes, análises de laboratório, ou laudos técnicos, o mesmo deverá ser efetuado pela detentora da ata de registro de preços, conforme disposto no art. 75 da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, ainda, as penalidades cabíveis se o produto não atender às especificações contidas no Anexo I deste Edital.
- **6.6** Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender a legislação vigente.

#### VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 7.1 A proposta, nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá ser apresentada datilografada ou digitada, respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo conter:
- 7.1.1 item, (compatível com o objeto descrito), identificação, inclusive a marca; preços unitários e totais, líquidos, expressos em moeda nacional corrente, GLOBAL, CIF-ITAPETININGA/SP, entregues na forma da cláusula XII deste Edital, inclusive descarga, conforme determinado no



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

pedido. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o serviço do objeto da presente licitação;

- 7.1.2 prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de entrega das propostas.
- 7.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 7.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 7.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 7.5 O envelope da proposta deverá observar todas as exigências referidas no Anexo I.
- 7.6 O prazo real de garantia do proponente para o produto ofertado, de no mínimo de 06 (seis) meses, sem prejuízo das disposições contidas na lei 8078/1990 e das especificações definidas no Anexo I.
- 7.6.1 A garantia ofertada do produto, exigida no subitem 7.6 desta cláusula, deverá ser da própria licitante, não se admitindo a garantia repassada por terceiros estranhos deverá ser da própria licitante, não se admitindo a garantia repassada por terceiros estranhos ao certame.

## VIII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

8.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá conter os documentos a seguir:

## 8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 8.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- 8.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 8.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 8.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1.2.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 8.1.2.3.2 Prova de regularidade em relação aos Tributos e contribuição Estadual relativo ao ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa, expedida pelo órgão competente;
- 8.1.2.3.3 Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- 8.1.2.3.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- 8.1.2.3.5 Prova de regularidade perante o Ministério do Trabalho mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- 8.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços**;
- 8.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, que trata de **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** que se enquadra na citada lei, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 8.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 8.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 8.1.2.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

#### 8.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

#### 8.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 8.1.4.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 8.1.4.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV);



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1.4.3 Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo VIII).
- 8.1.4.4 Declaração da proponente de que possui disponibilidade do produto ofertado (Anexo IX).
- 8.1.4.5 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

#### 8.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 8.2.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 8.1.3.1 deste Edital;
- 8.2.1.1 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;
- 8.2.1.1.1 As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida ao representante legal presente.
- 8.2.2 São facultadas as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 8.2.2.1 para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 aos 31 da Lei n.º 8666/93.
- 8.2.2.2 O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 8.1.2.3; 8.1.2.3.1; 8.1.2.3.2; 8.1.2.3.3; 8.1.2.3.4; 8.1.2.3.5; 8.1.3.1; 8.1.4.1; 8.1.4.2; 8.1.4.3; 8.1.4.4 devendo ser apresentados por todos os licitantes.
- 8.2.3 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 8.2.3.1 se a licitante for a <u>matriz</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 8.2.3.2 se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da <u>matriz</u>;
- 8.2.3.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da <u>matriz</u> e da <u>filial</u> simultaneamente.

#### **IX - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

- 9.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 9.2 Durante os respectivos credenciamentos as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e em envelopes separados a proposta de preços e os documentos de habilitação.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 9.2.2 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes ficarão em poder do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, sendo devolvidos às licitantes desclassificadas, mediante pedido escrito, após a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços ou efetivo cumprimento da obrigação pela proponente adjudicatária.
- 9.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
  - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
  - b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;
  - c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
  - d) que não apresentem amostras.
- 9.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 9.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 9.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
  - 9.4.1 Para efeito de seleção será considerado o menor preço por item.
- 9.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
  - 9.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 9.6 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9.6.1. Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.6.2 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 9.7 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.7.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.7.2 O Pregoeiro, a equipe de Apoio solicitaram as amostras dos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar, para que, acompanhados do(s) técnico(s) responsáveis da Secretaria Solicitante possam verificar a sua correspondência com o descrito no Anexo I deste edital. Caso a amostra não corresponder ao solicitado, a licitante será desclassificada, passando-se a analisar a amostra dos demais classificados observada a ordem classificatória.
- 9.8 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 9.9 Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.9.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 9.10 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 9.11 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação passíveis de obtenção por meio eletrônico poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 9.11.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.11.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 9.12 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 8.2.2 e subitens da Cláusula VIII o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.
- 9.13 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 9.14 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## X - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 10.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 10.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informando à autoridade competente.
- 10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 10.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.6 A adjudicação será feita *por menor preço por item*.
- 10.7 Nos eventuais recursos a Recorrente deverá observar o seguinte:
  - 10.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 10.7.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 10.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes nº 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
- 10.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 10.8 Homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR) ou correio eletrônico (e-mail institucional), ou em Publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração, para que a empresa compareça para assinar o Termo de Ata de Registro de Preços, munida de toda documentação exigida para fins de assinatura do instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar:
  - a) no caso de envio via fax a contar da data do comprovante de envio de fax.
  - b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário.
  - c) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
  - d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio de e-mail.

#### XI - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 11.1 O Sistema de Registro de Preços não gera direito à contratação. Havendo interesse do Órgão Gerenciador em contratar serviços ou produtos para cada fornecimento, nos termos do art. 62, §4º da Lei 8.666/93, a Administração Municipal substituirá o termo de contrato pela nota de empenho, vinculada à proposta da Detentora do Sistema de Registro de Preços, persistindo o prazo de garantia ofertado.
- 11.1.1 A entrega dos produtos objeto do ANEXO I, somente será efetuada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, após a devida formalização do ajuste conforme o item 11.1 e autorização requisitória, por escrito e com <u>o autorizo</u> do Secretário Municipal de Educação ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue **em até 05** (cinco) dias a contar da solicitação, devendo os produtos ser entregues em ótimas condições e estar em condições adequadas de transporte.
- 11.1.1.1 O prazo de vigência do Registro de Preços será **de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.
- 11.1.1.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 11.2 A quantidade dos produtos a serem entregues será definida pela Secretaria Municipal de Educação, quando da sua programação, junto à Detentora do Sistema de Registro de Preços, sendo entregues nas Unidades escolares, de acordo com o setor de merenda escolar, recebido pelo responsável indicado para este fim, o qual vistoriará os produtos, verificando se os mesmos atendem a todas as condições especificadas no Anexo I do Edital.
- 11.3 Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a Detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-á a trocá-los **imediatamente**, **no prazo máximo de 01(uma) hora após a entrega, uma vez que os kits se destinam a consumo imediato dos alunos**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços nos termos legais.
- 11.4 O Órgão Gerenciador rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 11.5 A Detentora da Ata de Registro de Preços se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 11.6 O controle de qualidade será realizado de acordo com a variedade, peso, e demais características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o produto será devolvido, ficando a empresa fornecedora sujeita a substituí-lo **imediatamente** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 11.7 Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade do produto e as despesas correrão por conta da Detentora da Ata de Registro de Preços, conforme art. 75 da Lei 8.666/93.
- 11.8 Os materiais que serão entregues pela **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deverão ser idênticos às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 11.9 A cada solicitação a licitante vencedora deverá entregar na Secretaria de Educação, juntamente com a Nota Fiscal o recibo de entrega assinado pelo gestor responsável **indicado pela Secretaria**, na data limite para a entrega dos materiais.
- 11.10 Eventuais atrasos na entrega dos produtos deverão ser justificados por escrito pela Detentora da Ata de Registro de Preços cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela Detentora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
  - 11.11 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

#### XII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

- 12.1 Homologado o procedimento, o licitante vencedor deverá comparecer para assinar o Termo de Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias corridos da notificação, conforme item 10.8 deste edital, e em caso de não comparecimento caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas na Cláusula XV deste Edital.
- 12.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.
- 12.3 Colhidas às assinaturas, será providenciada a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o item anterior.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 12.4 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar previamente a assinatura da Ata de Registro de Preços, a regularidade fiscal, no prazo de dois dias úteis a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período a critério do Órgão Gerenciador sob pena da contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º. Da lei Federal nº. 10.520/02 e artigo 87 da lei federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato;
- 12.4.1 Não ocorrendo à regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.6.2 da Cláusula IX.
- 12.5 Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.
- 12.6 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços.
- 12.7 O fornecimento do material será efetuado havendo interesse do Órgão Gerenciador mediante a emissão de uma nota de empenho a cada fornecimento entre o licitante que tenha firmado a Ata de Registro de Preços e o Órgão Gerenciador, com a emissão da respectiva Nota de Empenho.
- 12.8 Os produtos deverão ser entregues de acordo com a programação indicando quantidade, local e horário definida pelo gestor responsável indicado pela Secretaria de Educação, conforme o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Departamento de Gestão de Suprimentos e Contratos.
- 12.9 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a fornecer os materiais ofertados, nas quantidades indicadas pelo Departamento de Gestão de Suprimentos e Contratos, em cada "Ordem de Fornecimento".
- 12.10 O Órgão Gerenciador não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos materiais, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento de aquisição.
- 12.10.1 Os quantitativos totais expressos no Anexo I Especificações técnicas são estimativos e representam as previsões da Secretaria de Educação para as compras durante o período de 12 (doze) meses.
- 12.11 A existência do preço registrado não obriga o Órgão Gerenciador firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 12.12 O material será rejeitado na hipótese de o mesmo não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços, devendo ser substituído **imediatamente**, **no prazo máximo de 01(uma) hora após a entrega, uma vez que os kits se destinam a consumo imediato dos alunos** contados da notificação, pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços.
- 12.13 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigos 16 ao 20 do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013.
- 12.14 Os preços registrados obrigam os proponentes e poderão, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro, para menos ou para mais.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 12.15 Independentemente de solicitação dos detentores, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.
- 12.16 O licitante vencedor poderá ter ainda, a Ata de Registro de Preços cancelada, desonerando-se de compromisso ajustado, quando a critério da Administração, comprovar o desequilíbrio econômico financeiro.
- 12.16.1 A comprovação deverá ser feita acompanhada de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;
- 12.16.2 Reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, a Administração poderá cancelar formalmente o registro em relação ao item;
- 12.16.3 A Administração, simultaneamente ou após a desoneração, poderá promover licitação específica para o item, bem como se utilizar de outros meios, a fim de manter os preços de acordo com os praticados no mercado.

#### XIII - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO

- 13.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 13.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 13.1.2 Definitivamente após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 13.2 Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferente da constante no ANEXO I e da marca/modelo informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 12.12.
- 13.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria de Educação, **imediatamente** contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, **imediatamente**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

#### **XIV - DAS RESPONSABILIDADES**

- 14.1 São responsabilidades da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- 14.1.1 Havendo a necessidade da contratação, o cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos;
- 14.1.2 durante toda vigência do termo da ata, ser a responsável pela qualidade dos produtos entregues;
- 14.1.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 14.1.4 manter as condições de habilitação.
- 14.1.5 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 14.2 São responsabilidades do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- 14.2.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços, quando requerido;
- 14.2.2 pagar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS os valores devidos, nas datas avençadas, pautando-se no competente instrumento de contrato, sem prejuízo das disposições contidas no presente edital;
- 14.2.3 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente edital.

#### XV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 15.1 A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Termo de Ata de Registro de Preços, deixar de apresentar a documentação necessária sua celebração, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Termo de Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no Termo de Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.
- 15.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Termo de Ata de Registro de Preços dentro do prazo de até 05 (cinco) dias corridos da notificação, conforme item 10.8 deste edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 15.3 Pela inexecução total ou parcial das condições fixadas nesta licitação a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS as seguintes sanções:
  - 15.3.1 advertência;
- 15.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 15.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 15.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 15.3.3 desta Cláusula.
- 15.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 15.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 15.3, subitens 15.3.1, 15.3.2 e 15.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

- 15.3.5.2 da sanção estabelecida no item 15.3, subitem 15.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 15.4 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 15.3.2.
- 15.5 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 13.3 deste Edital;
- 15.5.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Cláusula.
- 15.6 As sanções previstas nos itens 15.1, 15.2, 15.3, 15.4 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 15.7 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a detentora da Ata de Registro de Preços tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 15.7.1 Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

#### **XVI - DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 16.1 O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva dos materiais, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide 16.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação orçamentária vigente no orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR para o exercício de 2013 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Ata de Registro de Preços, advindo do orçamento do exercício de 2014, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações, verificada a sua disponibilidade na ocasião de cada pedido de compra.
- 16.1.1 A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionada a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatória a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 16.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 16.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 16.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do Órgão Gerenciador, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 16.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS), FGTS e Certidão de regularidade com a Justiça do Trabalho, ensejará a suspensão dos



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

pagamentos a que a detentora da Ata de Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

- 16.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a detentora da Ata de Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio na prestação do serviço motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 15.1, 15.3 e 15.4 da Cláusula XV deste Edital.
- 16.6 Deverão também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do serviço cotado.
- 16.7 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 16.8 Para fins de pagamento a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

#### XVII - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 17.1 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 17.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1° andar, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo legal.
- 17.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 17.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- 17.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
  - 17.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 17.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 17.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
- 17.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

## XVIII - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 18.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Ata de Registro de Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 18.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela Detentora da Ata de Registro de Preços e isso motivar o bloqueio na prestação do serviço, esta incorrerá na penalidade prevista na Cláusula XV, e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 16.4 da Cláusula XVI, ambos deste Edital.
- 18.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se obriga em fornecer, a cada ocorrência de



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

- 18.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 18.3.2 O serviço deverá ser prestado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a detentora da Ata de Registro de Preços solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 18.3.3 O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços às sanções contratuais e editalícias.
- 18.4 A obrigatoriedade da futura Detentora da Ata de Registro de Preços em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o exercício de 2013, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos produtos.

#### XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 19.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 19.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 19.4 O Comunicado de Abertura de licitação, bem como resultado do presente certame será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial de Itapetininga.
- 19.5 Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 19.6 O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Semanário Oficial de Itapetininga/SP.
- 19.7 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes após a celebração do contrato ou instrumento equivalente ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 19.8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 19.9 Integram o presente Edital:
- Anexo I Descrição do Objeto do Certame;
- Anexo II Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- Anexo III Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- Anexo IV Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
- Anexo V Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI Modelo de Procuração para Credenciamento;
- Anexo VII Declaração de Inexistência de Débitos Municipais;
- Anexo VIII Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

Anexo IX - Declaração de Disponibilidade;

Anexo X - Termo do Sistema de Registro de Preços.

Anexo XII – Termo de Ciência e Notificação para o Tribunal de Contas do Estado.

19.10 - A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

19.11 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1° andar, Itapetininga (SP), telefone: (0xx15) 3376-9597, quando o assunto se relacionar com os termos do presente edital na Secretaria de Educação pelos telefones: (0xx15) 3376-9626, quando o assunto se relacionar com o objeto do presente edital.

Itapetininga, 30 de abril de 2014

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA
PREFEITO MUNICIPAL



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
\_\_\_\_\_ ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_

#### ANEXO I

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014

Compreende o objeto desta licitação: AQUISIÇÃO PARCELADA DE "KIT LANCHES" PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS).

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR MÁXIMO DO	VALOR TOTAL
				ITEM	
01	1.000	UN.	<ul> <li>KIT 1</li> <li>▶ 01 SUCO A BASE DE SOJA</li> <li>▶ 03 BISNAGUINHA COM QUEIJO PRATO</li> <li>▶ 01 MAÇA</li> <li>▶ 01 COPO DE ÁGUA</li> </ul>	R\$ 5,90	R\$ 5.900,00
02	1.000	UN.	<ul> <li>KIT 2</li> <li>O1 BEBIDA A BASE DE LEITE ACHOCOLATADO LIGHT</li> <li>O1 SANDUICHE DE PÃO DE FORMA INTEGRAL COM QUEIJO MUSSARELA E PRESUNTO</li> <li>O1 MAÇA</li> <li>O1 COPO DE ÁGUA</li> </ul>	R\$ 5,75	R\$ 5.750,00
03	1.000	UN.	<ul> <li>KIT 3</li> <li>➢ 01 SUCO DE CAIXA DE FRUTAS</li> <li>➢ 01 BARRA DE CEREAIS (FRUTA COM CHOCOLATE)</li> <li>➢ 01 PÃO PIZZA</li> <li>➢ 01 MAÇA</li> <li>➢ 01 COPO DE ÁGUA</li> </ul>	R\$ 6,85	R\$ 6.850,00
04	1.000	UN.	KIT 4  > 01 BEBIDA A BASE DE LEITE  > 01 BOLO INDIVIDUAL CASEIRO  > 01 PÃO DE BATATA COM PEITO DE PERU E  MUSSARELA  > 01 MAÇA  > 01 COPO DE ÁGUA R\$	R\$ 6,85	R\$ 6.850,00
05	1.000	UN.	<ul> <li>KIT 5</li> <li>D1 BEBIDA INDIVIDUAL A BASE DE FRUTA</li> <li>D1 UN. DE QUEIJO POLENGUINHO.</li> <li>BOLACHA SALGADA PACOTE INDIVIDUAL</li> <li>D1 MAÇA</li> <li>D1 COPO DE ÁGUA</li> </ul>	R\$ 5,50	R\$ 5.500,00
06	200	UN.	KIT 6 − Especial Diet  > 01 BEBIDA INDIVIDUAL A BASE DE FRUTA DIET	R\$ 6,99	R\$1.398,00



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

			➤ 01 PÃO INTEGRAL COM MUSSARELA E		
			PRESUNTO		
			➢ 01 MAÇA		
			O1 BARRA DE CEREAIS DIET		
			➢ 01 COPO DE ÁGUA		
			KIT 7 – Especial sem lactose		R\$ 730,00
			01 BEBIDA INDIVIDUAL A BASE DE FRUTAS		
07	100	UN.	01 PACOTE DE BISCOITO DE POLVILHO	R\$ 7,30	
		UIN.	➢ 01 MAÇA	114 1755	
			01 BARRA DE CEREAL SEM LACTOSE		
			➢ 01 COPO DE ÁGUA		

## **CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:**

- As empresas licitantes provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão trazer amostras conforme os itens do Anexo I deste Edital e de acordo com a Cláusula V deste Edital;
- Quantidade mínima para solicitação 20 unidades.
- Deverão ser entregue no local e horário que será disponibilizado pelo setor de Alimentação Escolar.
- Os mesmos serão solicitado com um prazo de 5 (cinco) dias de antecedência;
- Fruta Maça- deverá devidamente higienizada e embalada com filme plástico
- Pães deverão ser embalados com filme plástico e constar de etiqueta de validade.
- A cada lote entregue deverá ser disponibilizado uma amostra ao departamento de Nutrição.
- Os kits deverão ser entregue em sacolinhas individuais de papelão reforçado com etiqueta constando o conteúdo e validade.
- Os lanches que compõem o Kit deverão estar devidamente embalados individualmente em sacos de polipropileno/polietileno, transparente atóxico, próprio para contato direto com alimentos, totalmente vedados em atmosfera modificada, íntegros, de tamanho apropriado e com data de fabricação e prazo de validade constando na embalagem, conforme legislação vigente.
- As frutas que compõem os kits deverão ser higienizadas, apresentar grau de maturação para consumo imediato, sem danos e embaladas plástico filme.
- Os Kits Lanche deverão ser entregues nos locais e períodos, horários e prazos indicados, sem custo adicional para a Secretaria de Educação. Mesmo depois de recebidos poderão ser devolvidos, caso haja alguma anormalidade quanto à aparência, odor, validade, sabor, peso e forma.
- As especificações dos objetos descritas na proposta deverão ser fiéis aos produtos ofertados pelo licitante, e não à simples cópia do descritivo indicado no Anexo I do Edital;
- Os produtos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

• Os produtos deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

## **Anexo Produtos para Lanche:**

SUCO DE FRUTA INTEGRAL	
COMPOSIÇÃO	OBRIGATÓRIA: fruta, agua e açúcar.
	Primária: tetra de 180 a 200 ml
	Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto
EMBALAGEM	Rotulagem - Deve atender a legislação vigente.

LEITE DE SOJA COM	l sabores – Embalagem de 200 ml
1. Maçã	
2. Pêssego	
3. Uva	
4. Abacaxi	
	OBRIGATORIA – Extrato de soja, água, suco natural nos sabores especificados, açúcar refinado, sal
COMPOSIÇÃO	refinado, acidulante ácido cítrico, sorbato de potássio, benzoato de sódio.
	ISENTA – Corantes artificiais.
	NOTA – Produto pronto para o consumo
	Primária: tetra pack (caixinha) – Peso líquido de 200 ml
	Rotulagem - Deve atender a legislação vigente.
<b>EMBALAGEM</b>	NOTA – Legalmente isento de registro.

PÃO BISNAGUINHA		
	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA - Farinha de trigo, fermento biológico, ovos, sal e água.	
COMPOSIÇÃO	<b>COMPOSIÇAO OPCIONAL</b> - Podem conter outras substancias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rotulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais. <b>ISENTA</b> de corantes artificiais.	
PESO	Peso liquido do Pão bisnaquinha = 30g sendo tolerada uma variação de até 5 %	

MAÇÃ	
Descrição	
	Frutas destinadas ao consumo in natura, com teores de açúcar e acidez compatíveis com este fim
Tolerância	Não serão tolerados defeitos graves (podridão, dano profundo, passadas) que representem quantidade superior a 2,0% do peso total do produto entregue.
PESO	80 a 100 g

ÁGUA MINERAL	



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
\_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_

COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA - ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS. A água mineral deverá estar de acordo com a Resolução - RCD nº 54 de 15 de junho de 2000 - ANVS - M.S. que dispõe sobre fixação de identidade e qualidade de água mineral natural. Características Organolépticas : O produto deverá apresentar : Odor: nenhum / Aspecto : Límpido / sabor : Próprio / PH ; Neutro / Não deverá conter resíduos de pesticidas e outras substâncias estranhas.  Copo Plástico de 310 ml .  Rotulagem - A rotulagem de produto deverá estar de acordo com a legislação vigente e especificar: A ) Natureza da água, segundo a respectiva classificação. B ) Nome da fonte C ) Localização da fonte. D )
EMBALAGEM	Data de fabricação. E ) Data de validade ou prazo máximo para consumo, sendo que, na ocasião da entrega, esta validade não poderá ser inferior á 2/3 da validade total do produto. F ) Nome do Concessionário G ) Número de Registro no Órgão competente no Ministério da Saúde. H ) Conteúdo líquido do produto. I ) Marca J ) Composição do produto, por litro, na forma indicada no respectivo sertificado de análise. D ) Declaração sem gás.
PESO	Peso liquido : 310 ml.

QUEIJO PRATO	
	DEFINIÇÃO: queijo maturado que se obtém por coagulação do leite por meio do coalho e/ou outras enzimas coagulante apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas.  Textura: compacta ,lisa, fechada, com alguns olhos pequenos arredondados e/ou algumas olhadura mecânicas. Cor: amarelado ou amarelo. Sabor: característico. Odor: característico. Crosta: não possui, ou com crosta fina, lisa, sem trincas. Olhaduras - algumas olhaduras pequenas, bem distribuídas, ou sem olhaduras.  COMPOSIÇÃO Obrigatória: Leite Pasteurizado, Sal, Cloreto de Cálcio, Corante Natural de Urucum, Coalho e Fermento Lácteo.
PORCIONAMENTO	Fatias de 20 g.

BEBIDA A BASE DE I	BEBIDA A BASE DE LEITE ACHOCOLATADO LIGHT		
COMPOSIÇÃO	Ingredientes:		
	Leite desnatado reconstituído, açucar, soro de leite em pó, cacau em pó, gordura vegetal ,		
	extrato de malte, sal, vitamina (C,PP,E,B6,B2,B1 e A), espessante: goma guar e		
	carragena, acesulfame de potássio, sucralose, estabilizantes: mono e diglicerídios, citrato de		
	sódio e lecitina de soja e aromatizante.		
	NOTA – Produto pronto para o consumo		
PORCIONAMENTO	Primária: tetra pack (caixinha) – Peso líquido de 200 ml		
	Rotulagem - Deve atender a legislação vigente.		

PÂO DE FORMA INT	PÂO DE FORMA INTEGRAL		
	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA - Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura de palma, fermento biológico, sal e água. Deve conter 50% de farinha de trigo integral.		
COMPOSIÇÃO	<b>COMPOSIÇAO OPCIONAL</b> - Podem conter outras substancias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rotulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais.		



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
\_\_\_\_\_ ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_

	ISENTA de corantes artificiais.
PORCIONAMENTO	PORÇÃO DE 2 FATIAS por sanduiche

QUEIJO MUSSAREL	A
COMPOSIÇÃO	<b>DEFINIÇÃO:</b> se entende o queijo que se obtém por filagem de uma massa acidificada, ( produto intermediário obtido por coagulação de leite por meio de coalho e/ou outras enzimas coagulantes apropriadas), complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas. <b>CARACTERÍSTICAS:</b> consistência semi-suave, suave, textura: fibrosa, elástica e fechada. Cor: branco a amarelado, uniforme. Sabor: Láctico, pouco desenvolvido a ligeiramente picante, segundo o conteúdo de umidade, matéria gorda e grau de maturação. Odor: Láctico, pouco perceptível. Crosta: não possui. Olhadura -não possui. Eventualmente poderá apresentar aberturas irregulares (olhos mecânicos. <b>COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA:</b> Leite Pasteurizado, Sal, Cloreto de Cálcio, Coalho e Fermento Lácteo.
EMBALAGEM	Fatias de 20 g.

PRESUNTO	
COMPOSIÇÃO	DEFINIÇÃO: Entende-se por Presunto, o produto cárneo industrializado obtido dos cortes do membro posterior do suíno, desossado, adicionados de ingredientes, e submetido a um processo térmico adequado. CARACTERÍSTICAS: consistência semi-suave, suave, textura: fibrosa, elástica e fechada. Cor: branco a amarelado, uniforme. Sabor: Láctico, pouco desenvolvido a ligeiramente picante, segundo o conteúdo de umidade, matéria gorda e grau de maturação. Odor: Láctico, pouco perceptível. Crosta: não possui. Olhadura -não possui. Eventualmente poderá apresentar aberturas irregulares (olhos mecânicos).  COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA:  Carne de pernil de suíno, sal, nitrito e/ou nitrato de sódio ou potássio em forma de salmoura.  Ingredientes Opcionais: proteínas de origem animal e / ou vegetal, açúcares, Maltodextrina, condimentos e especiarias naturais e/ou seus óleos essenciais. Aditivos e Coadjuvantes de Tecnologia/Elaboração: de acordo com a legislação vigente.
PESO	Peso liquido : 20 g.

B	ARRA DE CEREAIS			
	SABORES: 1) Banana; 2) Castanha do Pará; 3) Coco; 4) Frutas Variadas (salada de frutas); 5			
	Frutas e Castanha do Pará. Com chocolate ao leite.			
	OBRIGATÓRIA: Aveia em flocos, flocos de arroz e/ou de cevada e/ou de trigo e/ou de milho			
COMPOSIÇÃO	tostados, açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal fracionada, e a(s) fruta (s) que			
	caracteriza(m) o sabor (banana, castanha do pará, coco; e, no caso de frutas variadas, deve			
	conter pelo menos 3 frutas, dentre mamão, maçã, manga, damasco e morango).			
	<b>OPCIONAL:</b> Outras substâncias alimentícias e aditivos, permitidos pela legislação, desde que não			
	o descaracterize e sejam declaradas no rótulo.			
	Individual: Sache de polipropileno biorientado metalizado			
	Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto			
EMBALAGEM	Rotulagem: Deve atender a legislação vigente			
	Nota: Produto legalmente isento de registro			
PESO	Peso Líquido Unitário da Barra: 25 a 30 g			

PÂO PIZZA			



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA - Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura de palma, fermento biológico, sal e água. Deve conter 50% de farinha de trigo integral. Recheio: queijo mussarela, presunto, tomate e orégano.
PESO	130g

PÂO DE BATATA	
	<b>COMPOSIÇAO OBRIGATÓRIA:</b> farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido e ácido fólico, fermento biológico, açúcar, batata, sal, margarina, ovo e leite.
PESO	Peso líquido: 80 g.

QUEIJO PROCESS	ADO
COMPOSIÇÃO	DEFINIÇÃO: queijo processado UHT, rico em cálcio. Embalado individualmente.  Não necessita de refrigeração.  COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA:  queijo tipo estepee /ou danbo e/ ou queijo prato, manteiga, água, leite concentrado resfriado integral, leite em pó desnatado, cloreto de sódio (sal), estabilizantes polifosfato de sódio citrato de sódio, acidulante cítrico e ácido sórbico.  Não contém glúten.
EMBALAGEM PESO	Embalagem individual. Contendo 20 g. Não necessita de refrigeração.  Peso liquido: 20 g.

	BOLACHA SALGADA
COMPOSIÇÃO	<b>DEFINIÇÃO:</b> bolacha salgada, individualmente embalada. <b>COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA</b> - FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, CÁLCIO, MALTODEXTRINA, VITAMINAS: NIACINA (VITAMINA B3), RIBOFLAVINA (VITAM INA B2), TIAMINA (VITAMINA B1) E FERMENTOS QUÍMICOS: FOSFATO MONOCÁLCICO E BICARBONATOS DE SÓDIO E AMÔNIO. CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM DERIVADO DE TRIGO. PRODUZIDO EM EQUIPAMENTO QUE PROCESSA LEITE E SOJA.
	<b>Primária:</b> Saco polietileno atóxico e resistente, constando o peso e respectiva quantidade, bem como a fabricação e validade do produto.
	Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto
EMBALAGEM	Rotulagem - Deve atender a legislação vigente.
	Nota - Produto legalmente isento de registro.
	Peso líquido: pacotes individuais de 26 g.
PESO	

PEITO DE PERU DEFUMADO:



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

	eritorbato de sódio (INS 316) e conservador nitrito de sódio.
	açúcar, estabilizante polifosfato de sódio (INS 452i), espessante carragena (INS 407), antioxidante
	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA: Carne de peito de peru e salmoura (sal, proteína isolada de soja,
	CARACTERÍSTICAS: a textura, a cor, o sabor e o odor devem ser característicos.
	defumado , tendo como envoltório plástico apropriado.
COMPOSIÇÃO	<b>DEFINIÇÃO:</b> produto elaborado com carne de peito de peru, curado , condimentado, cozido ,

	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DIET				
COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA: fruta, agua e adoçante.				
EMBALAGEM	Primária: tetra de 180 a 200 ml  Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto  Rotulagem - Deve atender a legislação vigente.				

	⇒ BARRA DE CEREAIS DIET
	SABORES: 1) Banana; 2) Castanha do Pará; 3) Coco; 4) Frutas Variadas (salada de frutas); 5)
	Frutas e Castanha do Pará. Com chocolate ao leite diet.
	OBRIGATÓRIA: Aveia em flocos, flocos de arroz e/ou de cevada e/ou de trigo e/ou de milho
COMPOSIÇÃO	tostados, adoçante, manteiga de cacau, gordura vegetal fracionada, e a(s) fruta (s) que
	caracteriza(m) o sabor (banana, castanha do pará, coco; e, no caso de frutas variadas, deve
	conter pelo menos 3 frutas, dentre mamão, maçã, manga, damasco e morango).
	<b>OPCIONAL:</b> Outras substâncias alimentícias e aditivos, permitidos pela legislação, desde que não
	o descaracterize e sejam declaradas no rótulo.
	Individual: Sache de polipropileno biorientado metalizado
	Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto
EMBALAGEM	Rotulagem: Deve atender a legislação vigente
	Nota: Produto legalmente isento de registro
PESO	Peso Líquido Unitário da Barra: 25 (vinte e cinco) gramas, sendo tolerada uma variação de até
	5% para mais ou para menos

	BISCOITO DE POLVILHO					
	COMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA – Polvilho azedo, ovos, gordura e sal.					
	COMPOSIÇAO OPCIONAL - Podem conter outras substancias alimentícias que os caracterizem					
COMPOSIÇÃO	desde que permitidas pela legislação e declaradas no rotulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais.					
	ISENTA de corantes artificiais.					
	Primária: Saco polietileno atóxico e resistente, constando o peso e respectiva quantidade, bem					
	como a fabricação e validade do produto.					
	Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto					
<b>EMBALAGEM</b>	Rotulagem - Deve atender a legislação vigente.					
	Nota - Produto legalmente isento de registro.					
PESO	Peso liquido = 30 g.					

⇒ BARRA DE CEREAIS SEM LACTOSE						
	SABORES: 1) Banana; 2) Castanha do Pará; 3) Coco; 4) Frutas Variadas (salada de frutas); 5)					
	Frutas e Castanha do Pará.					
	OBRIGATÓRIA: Aveia em flocos, flocos de arroz e/ou de cevada e/ou de trigo e/ou de milho					
COMPOSIÇÃO	tostados, adoçante, manteiga de cacau, gordura vegetal fracionada, e a(s) fruta (s) que					



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

	caracteriza(m) o sabor (banana, castanha do pará, coco; e, no caso de frutas variadas, deve
	conter pelo menos 3 frutas, dentre mamão, maçã, manga, damasco e morango). Isento de
	lactose.
	<b>OPCIONAL:</b> Outras substâncias alimentícias e aditivos, permitidos pela legislação, desde que não
	o descaracterize e sejam declaradas no rótulo.
	Individual: Sache de polipropileno biorientado metalizado
	Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto
EMBALAGEM	Rotulagem: Deve atender a legislação vigente
	Nota: Produto legalmente isento de registro
	Peso Líquido Unitário da Barra: 25 (vinte e cinco) gramas, sendo tolerada uma variação de até
PESO	5% para mais ou para menos

BOLO INDIVIDUAL CASEIRO ( sabores cenoura, chocolate, laranja, côco ralado, banana)				
COMPOSIÇÃO	OBRIGATÓRIA: Açúcar, farinha trigo enriquecida com ferro e ácido Fólico, gordura vegetal, ovos, leite integral, fermento em pó, sabor a ser solicitado.  COMPOSIÇAO OPCIONAL - Podem conter outras substancias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rotulo, isentos de gorduras trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais.  ISENTA de corantes artificiais.			
PESO	Peso líquido: 50 g.			

GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_\_

#### **ANEXO II**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
<u>"DECLARAÇÃO"</u>
À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<b>DECLARAR</b> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.
Por ser verdade assina a presente
de de 2014.
Razão Social da Empresa

Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

Nome do responsável/procurador



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

#### **ANEXO III**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

## "DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014

(Razão So	ocial da	Empresa),	estabelecida	na	(endereço	completo).	,
nscrita n	o CNPJ s	sob n.º	, ne	este	ato represen	tada pelo s	eu
(represen	tante/só	cio/procura	idor), no uso (	de sı	uas atribuições	s legais, vem	1:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e, que não está suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.	
de	de 2014.
Razão Social da Empresa	_
Nome do responsável/procurador	
Cargo do responsável/procurador	
N.º do documento de identidade	



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO IV**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

## "DECLARAÇÃO"

À

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. – PREGOEIRO OFICIAL

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ......, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

\_\_\_\_

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO V**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

## DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014

DECLAR	O, sob as penas o	da lei, sem prejuízo da	ıs sanções e n	nultas prevista	s neste
ato co	onvocatório,	que	а	e	mpresa
			(dei	nominação da	pessoa
jurídica), CNPJ n°			_ é Microemp	oresa ou Emp	resa de
Pequeno Porte, nos t	ermos do enquad	ramento previsto na L	ei Complemer	ntar n° 123, d	e 14 de
dezembro de 2006 cu	jos termos declaro	conhecer na íntegra,	estando apta,	portanto, a ex	ercer o
direito de preferênci	a como critério	de desempate no pr	rocedimento	licitatório do	Pregão
Presencial n° 005/201	4, realizado pelo M	lunicípio de Itapetining	ga, Estado de S	São Paulo.	
Local e D	ata.				
		Nome do represer	ntante		

RG n°:



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO VI**

## MODELO DE PROCURAÇÃO PARA <u>CREDENCIAMENTO</u>

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a
empresa, inscrita no CNPJ/MF sob
n.º, neste ato, representada por seu sócio-
gerente Sr.(a) portador(a) da Cédula de Identidade RG n.ºn e CPF
n.º, nomeia e constitui seu representante o(a) Sr.(a),
portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º e CPF n.º
confere poderes para representar a empresa outorgante no PREGÃO PRESENCIAL N.º 005 /2014,
instaurado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, em especial para firmar declarações e atas,
apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor
ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame
acima indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO VII**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

## "DECLARAÇÃO"

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. - PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob
n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso
de suas atribuições legais, vem:
<b>DECLARAR</b> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei,
que não possui débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em
conformidade com as disposições do art. 430 do Código Tributário do Município de
Itapetininga <sup>1</sup> , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de de 2014
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> **Artigo 430** - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

**Parágrafo Único** - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO VIII**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

## "DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob
n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso
de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei,
que está de pleno acordo com as condições e exigências do Edital referente ao Pregão
Presencial nº.: 025/2014 e Processo nº.: ##/2014 e aceitam a cumprirem fielmente.
Por ser verdade assina a presente.
de 2014
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545
\_\_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_\_

#### **ANEXO IX**

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL
Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014
DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas
neste ato convocatório, que a empresa
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ n° tem
disponibilidade dos produtos e dos demais meios para a realização dos serviços, conforme Anexo
do Edital referente ao Pregão Presencial nº.: 025/2014e Processo nº.: ##/2014, para a prestação
do serviço no prazo estabelecido pelo Edital da presente licitação.
Local e Data.

Nome do representante

RG n.º:



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO X**

Ref.: PROCESSO N.º 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2014 - AQUISIÇÃO PARCELADA DE "KIT LANCHES" PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

#### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

#### **PREÂMBULO**

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA,
com sede a Praça dos Três Poderes n.º 1.000 em Itapetininga, Estado de São Paulo, inscrita no
CNPJ sob n.º 46.634.291/0001-70, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, representada
neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr,,,
, residente à Rua, n°, nesta cidade de
Itapetininga/SP, portador do RG n.º e do CPF/MF n.º
considerando o julgamento do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS №/2014,
publicado no DOE do dia XX/XX/2014, a respectiva homologação, conforme fls do
Processo nº, RESOLVE registrar os preços da empresa NOME DA EMPRESA VENCEDORA, CNPJ
NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA VENCEDORA, atendendo as condições previstas no
instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as
partes às normas constantes das Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, e alterações, do Decreto
Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de
2013 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - A **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, por força do presente ajuste, se obriga a fornecer, quando verificada a necessidade pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, os seguintes produtos:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/PROCEDÊNCIA	VALOR MÁXIMO
					DO ITEM

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Constituem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, estando a ela vinculados, como se nesta estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:
  - 2.1.1 Edital de Pregão Presencial N° /2014.
  - 2.1.2 Termo de Referência.
  - 2.1.3 Proposta de Preços.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 Os preços registrados, a especificação do material e ou serviço, o quantitativo, as marcas, as

empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes na proposta de preços.

3.2 Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e

irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista

na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA

LICITAÇÃO

4.1 - O Sistema de Registro de Preços não gera direito à contratação. Havendo interesse do Órgão

Gerenciador em contratar serviços ou produtos para cada fornecimento, nos termos do art. 62,

§4º da Lei 8.666/93, a Administração Municipal substituirá o termo de contrato pela nota de

empenho, vinculada à proposta da Detentora do Sistema de Registro de Preços, persistindo o

prazo de garantia ofertado.

4.1.1 - A entrega dos produtos objeto do ANEXO I, somente será efetuada de acordo com as

necessidades da Secretaria Municipal de Educação, após a devida formalização do ajuste conforme

o item 4.1 e autorização requisitória, por escrito e com o autorizo do Secretário Municipal de

Educação ou responsável indicado para este fim, devendo ser entregue dentro do prazo de 05

(cinco) dias corridos a contar da solicitação, devendo os produtos ser entregues em ótimas

condições e estar em condições adequadas de transporte.

4.1.1.1 - O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses,

contados a partir da data da sua assinatura.

4.1.1.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não

será obrigado a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de

licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro

preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.2 - A quantidade dos produtos a serem entregues será definida pela Secretaria Municipal de

Educação, quando da sua programação, junto à Detentora do Sistema de Registro de Preços,

sendo entregues nas Unidades escolares, de acordo com o setor de merenda escolar, recebido

pelo responsável indicado para este fim, o qual vistoriará os produtos, verificando se os mesmos

atendem a todas as condições especificadas no Anexo I do Edital.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

4.3 - Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a Detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-á a trocá-los em **imediatamente**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços nos termos legais.

- 4.4 O Órgão Gerenciador rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 4.5 A Detentora da Ata de Registro de Preços se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 4.6 O controle de qualidade será realizado de acordo com a variedade, peso, e demais características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o material será devolvido, ficando a empresa fornecedora sujeita a substituí-lo **imediatamente** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.7 Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade do produto e as despesas correrão por conta da Detentora da Ata de Registro de Preços, conforme art. 75 da Lei 8.666/93.
- 4.8 Os materiais que serão entregues pela **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** deverão ser idênticos às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição, desde que os **05** (cinco) dias corridos contados do recebimento da Nota de Empenho não se tenha esgotado e a Detentora da Ata de Registro de Preços possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 4.9 A cada solicitação a DETENTORA deverá entregar na Secretaria de Educação, juntamente com a Nota Fiscal o recibo de entrega assinado pelo gestor responsável **indicado pela Secretaria,** na data limite para a entrega dos materiais.
- 4.10 Eventuais atrasos na entrega dos produtos deverão ser justificados por escrito pela Detentora da Ata de Registro de Preços cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela Detentora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
  - 4.11 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

4.12 - Os produtos e os serviços deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

#### CLAUSULA QUINTA – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

- 5.1 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata de Registro de Preços.
- 5.2 O fornecimento dos produtos será efetuado mediante expedição pelo Departamento de Gestão de Suprimentos e Contratos, da "Ordem de Fornecimento Nota de Empenho", da qual constarão da data de expedição, especificações dos produtos, quantitativos, prazo, local de entrega e preços unitário e total, que substituirá o Termo de Contrato.
- 5.3 Os produtos deverão ser entregues no prazo de **05 (cinco) dias corridos,** de acordo com a programação indicando quantidade, local e horário definida por responsável indicado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Educação.
- 5.4 Durante o prazo de validade do Sistema de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a fornecer o produto ofertado, nas quantidades indicadas pela Secretaria de Educação, na "Ordem de Fornecimento".
- 5.5 O Município de Itapetininga não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento de aquisição.
- 5.5.1 Os quantitativos totais expressos no Anexo I Especificações técnicas são estimativos e representam as previsões da Secretaria Municipal de Educação para as compras durante o período de 12 (doze) meses.
- 5.6 A existência do preço registrado não obriga o Município de Itapetininga firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora do Sistema de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 5.7 O produto será rejeitado na hipótese de o mesmo não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços, devendo ser substituído **imediatamente** pela empresa detentora do Sistema de Registro de Preços.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

5.8 - Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigos 16 ao 20 do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013.

- 5.9 Os preços registrados obrigam os proponentes e poderão, justificadamente, ser objeto de reequilíbrio econômico financeiro, para menos ou para mais.
- 5.10 Independentemente de solicitação dos detentores, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura do Termo de Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.
- 5.11 O Detentor vencedor poderá ter ainda, do Sistema de Registro de Preços cancelada, desonerando-se de compromisso ajustado, quando a critério da Administração, comprovar o desequilíbrio econômico financeiro.
- 5.11.1 A comprovação deverá ser feita acompanhada de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;
- 5.11.2 Reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, a Administração poderá cancelar formalmente o registro em relação ao item;
- 5.11.3 A Administração, simultaneamente ou após a desoneração, poderá promover licitação específica para o item, bem como se utilizar de outros meios, a fim de manter os preços de acordo com os praticados no mercado.

## CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

- 6.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 6.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 6.1.2 Definitivamente após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 6.2 Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferente da constante no ANEXO I e da marca/modelo informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 5.7.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

6.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, o Órgão Gerenciador poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Detentora do Sistema de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Educação, imediatamente, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Detentora do Sistema de Registro de Preços deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, **imediatamente**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

#### **CLAUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES**

- 7.1 São responsabilidades da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
- 7.1.1 Havendo a necessidade da contratação, o cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos;
- 7.1.2 durante toda vigência do termo da ata, ser a responsável pela qualidade dos produtos entregues;
  - 7.1.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.
  - 7.1.4 manter as condições de habilitação.
- 7.1.5 A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.2 São responsabilidades do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- 7.2.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços, quando requerido;
- 7.2.2 pagar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS os valores devidos, nas datas avençadas, pautando-se no competente instrumento de contrato, sem prejuízo das disposições contidas no presente edital;



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

7.2.3 - o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente edital.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 8.1 Pela inexecução total ou parcial das condições fixadas nesta licitação a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS as seguintes sanções:
  - 8.1.1 advertência;
- 8.1.2 multa indenizatória pecuniária de até multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;.
- 8.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 8.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 8.1.3 desta Cláusula.
- 8.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 8.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 8.3, subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 8.1.5.2 da sanção estabelecida no item 8.1, subitem 8.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 8.2 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 8.1.2.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

8.3 - Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 8.3 deste Edital;

8.3.1 - a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sanções

previstas nesta Cláusula.

8.4 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a detentora da Ata

de Registro de Preços tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

8.4.1 - Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa,

atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela

Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o

valor será cobrado judicialmente

CLAUSULA NONA- DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Ata de Registro de

Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou

previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do

ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea

econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de

todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

9.2 - Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que

deveria ter sido fornecido pela Detentora da Ata de Registro de Preços e isso motivar o bloqueio

de entrega de produto, esta incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula oitava, e não será

paga a atualização de valor a que se refere o item 10.4 da Cláusula décima, ambas deste Termo de

Contrato.

9.3 - Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a

futura DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se obriga em fornecer, a cada ocorrência de

majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos

preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

9.3.1 - Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do

termo aditivo e modificativo pelas partes.



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

9.3.2 - O serviço deverá ser prestado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a detentora da Ata de Registro de Preços solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Ata de Registro de Preços sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.

9.3.3 - O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a detentora da Ata de Registro de Preços às sanções contratuais e edilícias.

9.4 - A obrigatoriedade da futura Detentora da Ata de Registro de Preços em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o exercício de 2014, mesmo para períodos que possam não haver prestação do serviço.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva dos materiais, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 10.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação orçamentária vigente no orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Ata de Registro de Preços, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações, verificada a sua disponibilidade na ocasião de cada pedido de compra.

10.1.1 – A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica

10.2 - O Órgão Gerenciador não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

10.3 – A detentora da Ata indica para efeito de pagamento, os seguintes dados:

a) Numero da conta corrente:....

b)Agência:....



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

c) Banco.....

10.4 - Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do Órgão Gerenciador, o

valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação

percentual do IPCA Esp. IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.

10.5 - Por se tratar de fornecimento parcelado e para atendimento de exigências legais, a

DETENTORA DA ATA, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de

Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada

por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (INSS), o FGTS e a

Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho atualizadas;

10.5.1 - a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos

pagamentos decorrentes do fornecimento, até que seja restaurada a situação de normalidade

existente na data de encerramento do certame.

10.5.2 - na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá

quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio no fornecimento incorrerá a

**DETENTORA DA ATA** nas sanções cabíveis.

10.6 - Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.

10.7 - Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código

Tributário Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretarias de Educação, através do servidor

JOSÉ ANDRÉ MARTINS, no seu aspecto operacional e legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado em Imprensa Oficial,

conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17

de julho de 2002, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de



Testemunhas:

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA

Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 \_\_\_\_ESTADO DE SÃO PAULO \_\_\_

janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

13.1 - O foro para dirimir questões relativas à presente Ata de Registro de Preços será o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o p	resente instrumento	o em 3 (três) vias.	
	Itapetininga,	de	de 2014

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ÓRGÃO GERENCIADOR

# GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

## DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

resterriarrius.		
1	2	
Nome:	Nome:	
RG:	RG:	



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

#### **ANEXO XI**

## MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

# MUNICÍPIO de ITAPETININGA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA NOME DA EMPRESA:

Ata nº:	_/2014		
OBJETO:			

Advogado(s): Procuradores Municipais

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciandose, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Itapetininga, de	de	2014
------------------	----	------

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Praça dos Três Poderes, nº.: 1000 – Jardim Marabá – CEP: 18.213-545 ESTADO DE SÃO PAULO

## **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CADASTRO DO RESPONSAVEL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
CONTRATADA:
Ata nº:/2014
OBJETO:
CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO
Nome:LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA
Cargo: Prefeito Municipal
RG nº: 3.360.392-3-SSP/SP
Endereço: Rua José Soares Hungria Filho, nº266, Residencial Ouro Ville
Telefone: (015) 3376-9600
e-mail: luisdifiori@difiori.com.br
Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP
Nome: Geraldo Miguel de Macedo
Cargo: Secretário Municipal de Educação
Endereço Comercial do Órgão/Setor: Praça dos Três Poderes nº 1.000 – Jardim Marabá -
Itapetininga/SP
Telefone e Fax: (0xx15) 33769600
e-mail: educacao@itapetininga.sp.gov.br
Itapetininga, de de 2014

GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO